

CAPITALISMO E REIFICAÇÃO: do que se trata?

RESUMO

Este texto trata sobre a reificação como um fenômeno característico da sociedade capitalista, cuja origem está na forma fantasmagórica da mercadoria, expressa no fetiche que lhe é próprio.

Palavras-chave: Reificação; Capitalismo; Mercadoria; Fetiche.

ABSTRACT

This text deals with reification as a characteristic phenomenon of capitalist society, whose origin lies in the phantasmagorical form of commodity, expressed in the fetishism that is its own.

Keywords: Reification; Capitalism; Commodity; Fetishism

1. INTRODUÇÃO

A temática central dessa edição do JOINPP anuncia um modo de ser próprio das alienações da sociedade capitalista: a *reificação*, impedimento objetivo de se alcançar o patamar de emancipação humana. Daí sua extinção ser uma necessidade histórica, o que somente será possível com a extinção do capitalismo e da relação de exploração do capital sobre o trabalho, com todas as consequências daí advindas. Devo dizer ainda que muito me alegra trazer para o debate do Serviço Social reflexões dessa ordem, por mim consideradas de absoluta importância em face da necessária consciência de classe por parte dos trabalhadores no enfrentamento da barbárie vivida nos dias atuais.

Alegra-me também a homenagem a um dos teóricos marxistas contemporâneos que nos deixou um significativo legado para a crítica radical ao capitalismo e às desumanidades por este produzidas. Refiro-me a Georg Lukács, lembrado num dos subtemas desse IX JOINPP por completar “Cem anos de História e Consciência de Classe”, produção do jovem Lukács a que ele mesmo fez uma autocrítica, dada a contaminação idealista presente nessa obra.

Em sua obra de maturidade *Para a ontologia do ser social*, embora inacabada, o pensador húngaro traz a totalidade de suas reflexões pautada pela ontologia marxiana, distinta da ontologia de Hegel “por afastar todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico” (LUKÁCS, G., 2007, 226). A importância dessa obra torna-se indiscutível em especial por vivermos num mundo em que o neopositivismo vem “radicalizando as velhas tendências gnosiologistas” (idem, p. 226), numa clara recusa da ontologia com base no materialismo histórico-dialético, considerada como não científica.

Os objetivos dessa reflexão são demonstrar a presença da reificação capitalista originária da forma espectral, fantasmagórica, da mercadoria retratada no seu caráter fetichista, cheio de “sutileza metafísica e manhas teológicas”, conforme afirma Marx (1988, p. 70). Adotaremos uma perspectiva teórica marxiana objetivada mediante a análise imanente de textos de pensadores clássicos e contemporâneos.

2. METAMORFOSE DO TRABALHO EM TRABALHO ALIENADO

Iniciamos pelo trabalho por considerá-lo, no plano ontológico, a possibilidade de desenvolvimento superior do ser humano, que se revela no modelo da nova forma de ser, o ser social e, nesse sentido, modelo da práxis. Se isso é verdadeiro, podemos afirmar que o trabalho só pode se realizar mediante uma posição teleológica consciente, o que não significa que o sujeito do trabalho possa antever as consequências dessa atividade, porém, isso não impede sua ação sobre a natureza.

Ao olhar para a realidade, Lukács percebe que os resultados do trabalho fazem “crescer continuamente a faixa de determinações que se tornam cognoscíveis e, por conseguinte, o trabalho se torna cada vez mais variado” (LUKÁCS, G., 2007, p. 233). Uma vez que esse processo de aperfeiçoamento não pode eliminar a incognoscibilidade das possíveis consequências daí advindas, esse fato “desperta também a sensação íntima de uma realidade transcendente, cujos poderes desconhecidos o homem tenta de algum modo utilizar em seu próprio proveito” (Idem, p. 233).

Não por acaso, ao se referir ao caráter fetichista da mercadoria, Marx faz uma analogia com a “região nebulosa do mundo da religião” (MARX, K., 1988, p. 71), à qual Lukács se refere como uma das fontes ideológicas.

Em especial porque o trabalho é não apenas o modelo objetivamente ontológico de toda práxis humana, mas também – nos casos aqui mencionados – o modelo direto que serve de exemplo à criação divina da realidade, na qual todas as coisas aparecem como produzidas teleologicamente por um criador onisciente. (LUKÁCS, G., 2007, p. 233).

Vários são os momentos encontrados na profunda reflexão de Marx que trazem a questão da religião como negação do fazer a história pelos próprios seres humanos. Nos *Manuscritos de 1843*, ele mostra que a religião é o ponto de partida na relação com o Estado. Com isso, “desloca o problema do terreno em que Bauer o situou – o da religião, tratando a ‘questão judaica’ como uma questão religiosa e o propõe no plano sociopolítico” afirma Netto (2015, p. 29 – grifos do autor). Nessa mesma obra, Marx afirma: “Nós não transformamos as questões mundanas em [questões] religiosas, conforme faz Bauer. Nós transformamos as questões religiosas em [questões] mundanas” (2009, p. 47 – grifos meus). Para o referido autor, “a religião já não passa por ser o fundamento, mas apenas o fenômeno da limitação mundana” (idem, p. 47).

Voltando ao *Capital*, ao criticar a economia política, no capítulo sobre *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx escreve sobre o pecado original teológico, no qual “o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico, no entanto, nos revela por que há gente que não tem necessidade disso” (MARX, K., 1988, vol. I, tomo 2, p. 251). Assim, expõe o fato de uns acumularem riqueza enquanto outros têm de “vender sua própria pele” para sobreviver, o que presenciamos no mundo atual, não obstante o desenvolvimento das forças produtivas ter alcançado um patamar significativamente elevado.

Em publicação recente, Marcello Musto aborda a redescoberta da teoria da alienação (2022) que ocorre com o Lukács de *História e consciência de classe*, embora com forte influência de Hegel, que o pensador húngaro reconhece e disso faz uma autocrítica, conforme frisamos linhas atrás. Nessa obra, Lukács “elaborou o conceito de reificação, ou seja, o fenômeno pelo qual a atividade laborativa se contrapõe ao homem como algo objetivo e independente, e o domina mediante leis autônomas e estranhas a ele” (MUSTO, Marcello, 2022, p. 214).

Muito antes de Lukács, Marx já havia traçado os fundamentos ontológicos gerais da alienaçãoⁱ nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, obra de sua juventude. Conforme Musto: “A partir desse texto emerge o papel de destaque conferido por Marx à teoria da alienação durante importante fase de formação de sua concepção: a descoberta da economia política” (idem, p. 215). O referido autor observa, numa nota de rodapé, que Marx já havia se referido ao conceito de alienação em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, publicada nos Anais Franco-Alemães, um



pouco antes da redação dos *Manuscritos de 1844*. “Naquele texto, ele já havia justificado a necessidade de passar da crítica da religião àquela do mundo real” (idem, p. 215), num claro resgate da tarefa histórica de ver o mundo como de fato ele é.

Sobre a teoria da alienação em Marx, Mészáros traz uma importante contribuição que demonstra o quão decisivo foi o encontro de Marx com Hegel e com a economia política na elaboração da teoria da alienação a partir de sua gênese.

Os Manuscritos econômico-filosóficos são, evidentemente, obra de um gênio. Considerando-se o caráter monumental dessa síntese e a profundidade de suas visões, é quase inacreditável que eles tenham sido escritos por um jovem de 26 anos. Pode parecer que existe uma contradição entre reconhecer a “obra de um gênio” e o princípio marxista segundo o qual os grandes homens, assim como as grandes ideias, surgem na história quando o tempo está maduro para eles. Na realidade, o “gênio do dr. Marx” foi notado por Moses Hess e outros muito antes da publicação de qualquer uma de suas grandes obras. (MÉSZÁROS, István, 2006, p. 76 – grifos na obra).

Nos *Manuscritos de 1844*, Marx já percebe diferentes formas de alienação originadas a partir do trabalho alienado, em que o trabalhador é destituído do produto do seu trabalho. Este aparece como um objeto que lhe é estranho e poderoso, realiza uma atividade que se volta contra ele e não lhe pertence; ao mesmo tempo, o trabalhador é alienado do gênero humano e se põe como um ser estranho e igualmente alienado dos seus semelhantes.

Observa-se também que o trabalhador, desprovido de qualquer propriedade, “decai em mercadoria e na mais miserável mercadoria”, de tal modo que sua miséria “está na relação inversa do poder e da magnitude de sua produção”, resultando na acumulação do capital em poucas mãos e na divisão da sociedade em duas classes: “os *proprietários* e os *trabalhadores* desprovidos de propriedade” (MARX, K., 2015, p. 302, grifos na obra).

Após essa breve exposição, é possível pensar nas condições objetivas que fazem com que o trabalho, condição universal do metabolismo do ser humano com a natureza, condição eterna da vida humana, conforme postulado por Marx, se metamorfoseia em trabalho alienado, de onde se originam todos os males sociais presentes na sociedade capitalista. Além de Marx, Lukács e outros autores nos ajudam a pensar tal metamorfose.

“Os homens fazem sua própria história”, diz Marx, “mas não a fazem como querem, sob circunstâncias de sua escolha”. Com essa constatação ontológica marxiana, Lukács postula que “o homem é um ser que dá respostas”.



Aqui se expressa a unidade – contida de modo contraditoriamente indissolúvel no ser social – entre liberdade e necessidade, a qual já se manifesta no trabalho como unidade indissolúvelmente contraditória das decisões teleológicas entre alternativas com as premissas e consequências ineliminavelmente ligadas a uma relação causal necessária. (LUKÁCS, G., 2007, p. 240).

Ou seja, a história não é teleológica, conforme Hegel e Aristóteles postulam, mas consiste em relações causais que se reproduzem constantemente sob formas cada vez mais complexas e mediatizadas em todos os níveis da atividade humana. O grau de desenvolvimento da ciência e da tecnologia que vivenciamos reflete um rápido progresso que Lukács já reconhecia no seu tempo. Contudo, esse progresso “está amplamente ligado ao estranhamentoⁱ do homem”, problema que “a sociedade de hoje deve resolver” (LUKÁCS, G., 2020, p. 126).

Obter resultados substanciais nessa direção implica, com absoluta necessidade, superar o capital, o que pressupõe uma crítica rigorosa da sociabilidade contemporânea e uma práxis direcionada a esse fim, com vistas à “livre associação de homens livres” (NETTO, J. P., 1981, p. 31), possível apenas com o trabalho associado.

É justamente nesse longo processo que vai se gestando a metamorfose entre trabalho e trabalho alienado, ao qual Marx se refere no capítulo XIV de *O Capital*ⁱⁱ, quando discorre sobre o trabalho no processo de produção capitalista, distinguindo-o do tratamento que ele próprio confere no capítulo V da mesma obra, em que afirma:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. (MARX, K., 1988, v. II, tomo 2, p. 101).

O trabalho deixa de ser um processo que une cabeça e mão, tornando-se um processo em que o trabalho intelectual e o trabalho manual se opõem como inimigos. Agora, não basta produzir mercadoria, o trabalhador tem de produzir mais-valia. Assim, o trabalho como condição universal da humanidade e produtor de meios de produção e de subsistência transforma-se num trabalho opressor, desumanizador, que traz consigo pressupostos teóricos e ideológicos expressos em diferentes modos de reificação essenciais à reprodução da sociedade capitalista, conforme veremos a seguir.

3. REIFICAÇÃO: MODO DE SER PRÓPRIO DA ALIENAÇÃO CAPITALISTA?



Este item se inicia com a indagação de Marx: “De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria?” (1988, p. 71), já que esse caráter não provém nem “de seu valor de uso”, nem “do conteúdo das determinações de valor” (idem, p. 70). Marx responde: “Evidentemente, dessa forma mesmo” (idem, p. 71). Como isso se torna possível?

Diz Marx:

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. (MARX, K., 1988, p. 71).

Desse modo, Marx constata um processo de coisificação originário da forma mercadoria, uma vez que o mistério dessa forma “reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas”, por um lado e, por outro, “também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos” (idem, p. 71). No entanto, os produtores são seres humanos de carne e osso, e não objetos; portanto, não são coisas. Essa forma fantasmagórica, fetichista, torna-se possível a partir do momento em que os produtos de trabalho são produzidos como mercadorias.

Na vida e no pensamento cotidianos a verdadeira qualidade do ser é distorcida de tal modo que “para o ser humano o mundo externo das objetividades é dado imediatamente e, na imediaticidade, inexoravelmente em forma de coisa” (LUKÁCS, G. 2018, tomo I, p. 89). Referindo-se à forma fantasmagórica na qual a relação social entre seres humanos aparece como uma relação social entre coisas, conforme Marx apreende, Lukács acrescenta:

[...] de maneira alguma se trata de um modo ‘primitivo’ de concepção de realidade, mas de uma atitude profundamente enraizada na própria existência humana e que pode dominar o pensamento dos seres humanos mesmo em sociedades muito desenvolvidas e amplamente socializadas, cuja ultrapassagem mesmo hoje, depois que muitas ciências em diversas esferas demonstraram a insustentabilidade de tais ‘coisificações’, ainda deve vencer duras oposições para não mais obstaculizar a correta concepção do ser (idem, p. 90).

Marx trata do trabalho abstrato em que os diferentes trabalhos aparecem como “igualdade de trabalhos”, caracterizando uma “abstração de sua verdadeira desigualdade” à medida que se



reduzem “ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato” (idem, p. 72 – grifos na obra), indiferenciado. E, neste sentido, trabalho alienado.

Essa forma reificada de se relacionar com o mundo somente pode desaparecer quando o processo de produção material estiver sob o controle consciente e planejado de trabalhadores “livremente socializados”, o que requer “uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa”, como assevera Marx (1988, p. 76).

O tratamento dado por Lukács à problemática da reificação no contexto da *Ontologia* toma por base a teoria da alienação descoberta por Marx. Suas formulações situam essa problemática nos aspectos ideológicos da alienação próprios do capitalismo.

A verdadeira reificação, aquela socialmente relevante, desenvolve-se a partir da forma de mercadoria enquanto uma “espectral objetividade” na qual os objetos e processos concretos, materialmente reais, da produção transformam-se de valores de uso em “uma simples concreção de trabalho humano indistinto, isto é, de dispêndio de força de trabalho sem levar em conta a forma do seu dispêndio”. (ALCÂNTARA, Norma, 2014, p. 111).

Interessa-nos observar que em Lukács o problema da reificação está diretamente relacionado à análise marxiana do trabalho abstrato e de sua crítica, haja vista que “na execução prática do processo trabalho enquanto tal ‘não pode ter lugar nenhuma reificação em sentido próprio’”, se atentarmos para o fato de que “o êxito no resultado do trabalho exige precisamente que na prática o trabalhador trate ‘cada coisa como uma coisa e cada processo como um processo’” (Idem, p. 112).

Para que as relações entre seres humanos de carne e osso apareçam aos trabalhadores como relações entre coisas e as relações entre coisas apareçam como relações entre humanos, faz-se necessário subtrair dos processos reais de trabalho suas diferentes qualidades, transformando-os em uma gelatina, e o trabalho, em trabalho humano abstrato.

Netto afirma que para desmontar essa mistificação, além da teoria,

é imprescindível outro componente que, embora também resultante do desenvolvimento histórico-social, se perfila como especificamente teórico: para penetrar a factualidade que o fetichismo põe, a teoria deve recuperar a *processualidade* histórica real. Ou seja: é-lhe indispensável tomar as formas sociais estabelecidas como *produtos históricos*. Ora, é exatamente em sentido inverso que operam as manifestações sociais fetichizadas: coagulando na factualidade as



objetivações do ser social, *coisificando-as*, tendem a diluir as suas particularidades históricas numa eternização genérica. (NETTO, J. P., 1981, p. 43 – grifos do autor).

Essa passagem da obra de Netto é exemplar por nos fazer ver com muita clareza o fenômeno da reificação e a perda da processualidade histórica por ele provocada. Netto ressalta mais adiante a decisiva importância de não se perder de vista o chão histórico sobre o qual os diferentes processos de alienação ocorrem. Em suas palavras: “O que distingue a impostação marxiana no enfoque da alienação, em 1844, da determinação ulterior do fetichismo é a *concretização histórico-social* a que Marx submete o objeto da sua investigação”.

Em seguida, expõe a peculiaridade da “alienação típica engendrada pelo capitalismo, a *reificação*” (idem, p. 61). Seu encontro com a Economia Política foi decisivo para a tematização do fetiche da mercadoria que, segundo Netto (1981), Marx efetiva a partir da *Introdução à Crítica da Economia Política*.

4. Considerações Finais

Conforme vimos, a reificação se constitui numa forma peculiar de alienação própria da sociabilidade capitalista associada ao fetiche da mercadoria. As formulações de Marx sobre o fetichismo ganham sentido e funcionalidade, conforme Netto identifica, quando o capitalismo adquire plena maturidade. O caráter de *coisa* não se apresenta apenas na produção de mercadorias, antes atinge as relações sociais em geral, em que as *objetivações humanas* não são reconhecidas pelos indivíduos humanos como suas. “O fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de *todo* o intercâmbio *humano*”, diz Netto (1981, p. 85).

Essa constatação nos conduz a pensar a forma mercadoria como uma objetividade capaz de mistificar as relações sociais em sua totalidade, originando reificações as mais diversas no interior da sociedade burguesa. Romper com tal misticismo que esconde a fatualidade de que a história é construída por seres humanos de carne e osso no seu processo real de vida, é tarefa da humanidade, que a duras penas poderá conquistar esse patamar de desenvolvimento humano mediante a associação de trabalhadores livres.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Norma. **Lukács: ontologia e alienação**, São Paulo: Instituto Lukács, 2014.



LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**, Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (Org.), Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007 (Pensamento Crítico, v. 9).

_____. **Prolegômenos para a ontologia do ser social**, v. 13, trad. de Sérgio Lessa, revisão de Mariana Andrade, Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

_____. **Lukács György, 1885-1971. Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)**. Organização, tradução, notas e apresentação Ronaldo Vielmi Fortes, 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, K. **O Capital – crítica da economia política**. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Para a questão judaica**. Trad. de José Barata-Moura, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular.

_____. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Trad. de José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, István, **A teoria da alienação em Marx**. Trad. de Isa Tavares, São Paulo: Boitempo, 2006.

MUSTO, Marcello. **Repensar Marx e os marxismos: guia para novas leituras**. Trad. de Diego Silveira, 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1981.

ⁱ Segundo Netto (1981, p. 73), “Sem uma teoria da alienação é impossível pensar a problemática do fetichismo”, pois é um modo de ser da alienação próprio da sociabilidade capitalista.

ⁱⁱ Em vez de estranhamento, utilizamos “alienação”, por considerarmos uma tradução mais adequada em termos de sua consolidação no interior do marxismo.

ⁱⁱⁱ Naquele contexto, Marx esclarece numa nota de rodapé que o tratamento dado ao trabalho no Capítulo V, enquanto processo simples de trabalho, não é suficiente para pensar o processo de produção capitalista, conforme ele desenvolve no Capítulo XIV.